

Sem garantia de vitória, governo adia votação do salário mínimo

Representantes da Fazenda e senadores discutem compensações sociais ao reajuste, enquanto governistas tentam assegurar o número de votos necessário à aprovação da medida provisória em Plenário



Márcia Kallume

A medida provisória que aumenta o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 não foi votada na sessão de ontem. A previsão é de que o exame no Plenário se inicie amanhã, podendo se estender para a semana seguinte. Três partidos fecharam questão em torno do mínimo: o PT, pelos R\$ 260 fixados na medida provisória; o PFL, por R\$ 275 (como proposto pelo relator-revisor da MP, César Borges); e o PSDB, por um valor superior ao definido pelo Executivo. A medida tranca a pauta do Senado e impede decisão sobre dezenas de matérias, entre elas a proposta que define o número de vereadores.

ENTENDIMENTO Representantes da Fazenda e senadores debatem inclusão de medidas no orçamento do próximo ano

Páginas 3 a 5

José Jorge cobra prioridade para a reforma do Judiciário

Página 7

CPI da Terra quebra sigilo de entidades ligadas ao MST

Página 8

Bióloga denuncia em audiência contaminação de milhares de agentes

Trabalhadores com contratos temporários não teriam sido treinados para o trabalho de aplicação de inseticidas durante campanhas de combate à dengue, segundo depoimento na Subcomissão de Saúde.

Página 8



José Cruz

ADIAMENTO Senadores analisam a proposta, mas não chegam a um acordo para votar as PPPs

Ministros serão convidados pela CAE para discutir parcerias público-privadas

Página 5



AUDIÊNCIA Papaléo Paes, presidente da Subcomissão de Saúde da CAS, ouve o depoimento da bióloga Fátima Ferreira de Souza

Moreira Mairiz

J. Freitas



PRECIPITAÇÃO Heráclito afirma que governador deveria ter tentado o diálogo com grevistas

Heráclito critica convocação de tropas em Teresina

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que só mesmo o caráter ordeiro da população de Teresina está evitando conflitos graves na capital piauiense, onde o policiamento ostensivo está sendo feito por tropas do Exército transportadas por aviões da Força Aérea Brasileira, convocadas pelo governador Wellington Dias em razão da greve da Polícia Militar.

– É constrangedor para mim tratar do tema aqui neste Plenário, mas vejamos a que ponto chegamos: um sindicalista de carreira, que fez carreira na reivindicação de aumentos salariais, convoca as Forças Armadas antes de qualquer diálogo – assinalou.

Heráclito Fortes acrescentou que a periferia da capital está inteiramente desguarnecida porque as tropas se concentram no centro da cidade.

– É a primeira vez que o governador pede alguma coisa ao governo federal e é atendido. Não que o governador seja má pessoa. É uma boa pessoa, um homem honesto, só que não tem autoridade e nem capacidade administrativa – afirmou.

Agenda

Plenário continua a discutir novo mínimo

Na sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, os senadores continuam a discussão da medida provisória que fixa o novo valor do salário mínimo em R\$ 260 (MP 182/04). Por ter prioridade na votação, a matéria tranca a pauta da Casa. Assim, os demais itens só poderão ser examinados depois da votação da MP.



Sarney recebe parecer do TCU sobre contas do governo

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, acompanhado do ministro Guilherme Palmeira. Os representantes do TCU vão entregar o parecer prévio das contas do primeiro ano do governo. Às 12h, Sarney conversa com o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Armando Felix.



CPI analisa exploração sexual no Acre

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual discute hoje, a partir das 13h30, a exploração sexual de menores no Acre. A reunião conta com a presença do promotor de Justiça da Infância e Juventude do estado, Francisco Maia Guedes, entre outros. Às 17h, a comissão que trata da demarcação de terras indígenas, especialmente em Mato Grosso do Sul e Roraima, ouve o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes.

Pagamento a idoso deve ser feito em dinheiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje, às 10h, proposta de emenda constitucional (PEC 1/03) dispondo que o pagamento

de dívidas aos idosos seja feito em dinheiro. Além disso, os senadores discutem projeto (PLS 192/03) que altera o Código Penal e o Estatuto da

Criança e do Adolescente para tornar mais rígido o combate à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Educação debate escolha de reitores

O projeto que muda o processo de escolha dos dirigentes universitários, acabando com as listas triplíceis, é tema de audiência pública hoje na Comissão de Educação (CE). Serão ouvidos os presidentes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Luiz Carlos Gonçalves Lucas, e da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta.



Benefícios fiscais

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje a partir das 11h, projeto (PLS 383/03) que muda a legislação do Imposto de Renda referente aos benefícios fiscais concedidos por doações. No mesmo horário, a CPI do Banestado realiza reunião reservada.

Contratos irregulares

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina, às 11h30, proposta do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sobre denúncias de irregularidades em contratos firmados pela empresa pública Emlur, de João Pessoa (PA), e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



TRANSPARÊNCIA Capiberibe diz que medida poderá devolver confiança do cidadão no Estado

Capiberibe volta a pedir contas públicas via Internet

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu a rápida aprovação, pelo Plenário do Senado, do projeto de lei (PLS 130/03) de sua autoria que determina a divulgação de informações pormenorizadas, na Internet, sobre a execução orçamentária e financeira da União, estados e municípios. A matéria, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, já foi aprovada nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

– Qualquer contribuinte que estiver conectado à Internet pode ter acesso aos dados, ampliando a transparência já determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, pela primeira vez, o contribuinte poderá saber exatamente como está sendo utilizado o dinheiro que paga em impostos – observou o senador.

Pelo projeto, os Executivos das três esferas de governo serão obrigados a divulgar todas as despesas feitas, com número do processo, bem ou serviço fornecido ou prestado, pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, procedimento licitatório realizado, bem como lançamento e recebimento das receitas. Quem não cumprir o disposto no projeto estará sujeito a sanções e, no caso de estados e municípios, até mesmo a não receber as transferências voluntárias da União.

Segundo o parlamentar, a aprovação do projeto poderá servir para recuperar a confiança do cidadão no Estado.

Capiberibe lembrou sua experiência como governador do Amapá, quando implantou um endereço eletrônico (www.amapa.gov.br/gestao), onde todo o ciclo de despesas e receitas do orçamento estadual continua sendo informado à sociedade.

Roosevelt Pinheiro

SALÁRIO MÍNIMO

Exame da medida provisória pode começar amanhã. César Borges, relator-revisor da MP, propõe um valor de R\$ 275. O PT fechou questão a favor dos R\$ 260, fixados pelo governo, mas Paim diz que votará contra

Incerteza leva governo a adiar votação da MP

Sem garantia de vitória, o governo não quis votar ontem no Plenário do Senado a medida provisória (MP 182/04) que aumenta o salário mínimo para R\$ 260. Durante o dia, líderes governistas e aliados realizaram várias reuniões, tentando convencer senadores da própria base a votarem a favor da proposta. A bancada do PT se reuniu pela manhã e o partido fechou questão a favor da MP, mas nem isso garantiu que todos os petistas votarão pelos R\$ 260 – Paulo Paim (PT-RS) reafirmou que mantém sua intenção de votar contrariamente.

Às 17h20, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou que a medida provisória não seria votada ontem e, mantendo o acordo partidário, só na terceira sessão a matéria seria examinada. A intenção é iniciar a votação amanhã, podendo se estender inclusive para a próxima semana – primeiro, vota-se a admissibilidade da medi-



MARATONA Discussão no Plenário do Senado sobre a medida provisória que reajusta o salário mínimo pode se estender até a próxima semana

da provisória e só depois o mérito é submetido ao voto.

O relator-revisor, senador César Borges (PFL-BA), anunciou que estava pronto para ler seu parecer, com substitutivo propondo um mínimo de R\$ 275. Ele aponta fontes que poderiam ser utilizadas pelo governo para pagar a diferença de R\$ 15.

– O PFL estará aqui na quinta-feira (*amanhã*) para votar o

salário mínimo de R\$ 275. A diferença de R\$ 15 não vai quebrar a Previdência e nem vai comprometer as contas públicas – afirmou o líder do PFL, senador José Agripino (RN). Pouco antes, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), informara ao Plenário que seu partido fechou questão a favor dos R\$ 275.

Arthur Virgílio disse que o PSDB não concorda com “ne-

nhuma maquiagem para tentar tornar o mínimo palatável”. Nos últimos dias, surgiram propostas de aumento real do mínimo a médio e longo prazos. Uma delas prevê aumento real no mesmo percentual do crescimento da economia no ano anterior. Outra sugestão, do senador Cristovam Buarque (PT-DF), seria votar paralelamente programa com metas sociais.

A MP do salário mínimo trançou a pauta do Plenário. Dezenas de matérias esperam a votação da medida para que sejam submetidas a voto, entre elas a proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz o número de vereadores e a que aumenta a parte dos estados e municípios nos repasses da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).



ALVARO DIAS

PSDB decide apoiar reajuste superior a R\$ 20

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que a bancada de seu partido decidiu apoiar um salário mínimo que tenha valor superior a R\$ 260. A decisão envolve também a presença na sessão que apreciará a medida provisória (MP) sobre o novo valor.

Para o senador, é “surpreendente ver o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que emergiu como liderança na luta sindical defendendo salários melhores para os operários – renegar o seu passado”. Alvaro Dias também rechaçou o argumento usado pelo governo de que apenas o crescimento econômico garantirá salários melhores. Ele lembrou que a tese, ao ser defendida pelos integrantes da ditadura militar, foi questionada até por futuros integrantes do PT.

– O que a oposição pretende, R\$ 275, é menos do que Lula prometeu durante a campanha presidencial.



SÉRGIO GUERRA

Oposição vai fiscalizar liberação de verbas

O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), anunciou ontem que, nas duas semanas após a votação da medida provisória do salário mínimo, a oposição vai fiscalizar em detalhes as liberações orçamentárias de emendas de parlamentares.

– Não há prioridade neste governo. O dinheiro é colocado nesse ou naquele projeto apenas para alimentar o rolo compressor do governo. Nada de transparência. O que importa é manter uma maioria a qualquer preço.

Para o senador, “a impopularidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva está aumentando” e continuará crescendo mesmo com os superávits orçamentários.

– Quanto maior a reação das ruas, menos ético é o governo e o seu rolo compressor. Ninguém duvida que o governo adotará qualquer processo para evitar a aprovação do salário mínimo de R\$ 275 – assinalou.



MARCELO CRIVELLA

Argumento fiscal é farsa para impedir aumento maior

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) anunciou sua posição “frontalmente contrária” ao salário mínimo de R\$ 260, apesar de seu partido ter fechado questão a favor da proposta do governo.

– Quero dizer bem alto o que está sufocado na garganta dessa nossa gente, desse povo brasileiro sofrido e valente: senhor presidente da República, R\$ 260 para o salário mínimo, não!

Crivella explicou ter tomado a decisão por considerar uma farsa o argumento fiscal utilizado pelo governo para não garantir um reajuste maior. Na sua opinião, o principal problema está na forma como o Banco Central e o Tesouro Nacional encaram a política econômica do país. O senador condenou o aumento do superávit primário para pagar a dívida pública. Para Crivella, o superávit é um “sacrifício inútil imposto à sociedade”.



PAULO PAIM

“Prefiro ficar com a minha história. A hora é agora”

O senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário que a bancada petista decidiu votar a favor da medida provisória que reajusta o salário mínimo para R\$ 260. Ele reafirmou, no entanto, que mantém sua decisão de votar contra.

– Prefiro ficar com minha história. Sempre defendi reajustes mais elevados. Quase todos aqui neste Senado prometeram na campanha eleitoral lutar por aumentos melhores. A hora é agora. Não dá também para aceitar mais uma alternativa, como se fez com a reforma da Previdência. Nós votamos a reforma porque havia a promessa do governo de que alguns direitos seriam restituídos na emenda paralela, mas ela não foi votada pelos deputados.

Paim afirmou ser inaceitável que o mínimo tenha reajuste de 8,53%, e os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contarão com apenas 4,6%.



HELOÍSA HELENA

Senado vai mostrar altivez e independência política

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) disse ter certeza de que “o Senado, embora seja uma Casa mais conservadora, mais atrasada, vai mostrar altivez e independência política e possibilitar os R\$ 15 a mais para o salário mínimo”. Ela contestou os argumentos apresentados pelo governo para justificar os R\$ 260.

Heloísa Helena afirmou que o governo “apresenta uma nova desculpa a cada tempo”. Segundo ela, depois de ter repetido “a cantilena enfadonha e mentirosa do governo FHC”, o Executivo “vem agora dizer que o importante é investir em outras áreas de políticas públicas e sociais para evitar o aumento do salário mínimo”.

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a senadora, tem mantido o acordo para votação de MPs no terceiro dia após a obstrução da pauta, com ou sem acordo entre os líderes partidários.

SALÁRIO MÍNIMO

Iniciativas que compensem o baixo aumento concedido pelo Executivo são discutidas em reunião dos líderes que apoiam o governo. Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 poderá definir reajuste para o próximo ano

Líderes debatem medidas compensatórias

Líderes dos partidos que apoiam o governo estiveram reunidos na tarde de ontem na liderança do PMDB com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, e com o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, para discutirem medidas compensatórias ao aumento do salário mínimo. Segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), o resultado mais concreto foi a expectativa de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 defina o reajuste do mínimo para o próximo ano.

Chegou a ser discutida no encontro a proposta de uma escala de aumentos para os próximos anos, mas nem em relação ao reajuste para 2005 houve concordância dos representantes da Fazenda. O assun-



DIALOGO Senadores da base governista reúnem-se com representantes do Ministério da Fazenda

to terá de ser debatido dentro do governo, mas Jucá é de opinião que o Executivo deve fazer essa sinalização.

Com respeito às políticas so-

ciais compensatórias propostas pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF), Jucá disse que os secretários concordam com a escolha de medidas de

comum acordo com o Congresso Nacional, já que cabe aos parlamentares a elaboração do orçamento.

Conforme o líder do governo,

Aloizio Mercadante (PT-SP), não há como retirar recursos de programas sociais para elevar o mínimo acima dos R\$ 260 estabelecidos por meio de medida provisória (MP) a ser apreciada em breve pelo Senado. Mercadante citou como exemplo a Bolsa-Família, que conta hoje com R\$ 4,1 bilhões. O senador petista afirmou concordar com o aumento do salário-família – uma alternativa que não sobrecarregaria a Previdência.

– Estamos saindo do ramerame (rotina) para fazer uma política do mínimo vinculada ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – afirmou o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). O parlamentar alagoano disse acreditar que a MP do mínimo possa ser votada na tarde de amanhã.

Genoino diz que bancada do PT vai apoiar a proposta do governo

O presidente do PT, José Genoino, deixou a reunião da manhã de ontem com os senadores do partido afirmando que a posição da maioria da bancada na Casa é de votar a favor da Medida Provisória 182/04 que reajustou o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 a partir de 1º de maio. A bancada, disse ainda Genoino, também defende o reforço dos compromissos sociais do governo e a implantação de uma política de recuperação do salário mínimo para entrar em vigor em 2005 e 2006.

Ele reconheceu que não há unanimidade dentro da bancada, mas ressaltou que no partido tudo é debatido e que será dada continuidade às conversas para convencimento dos que ainda têm posições divergentes. Genoino lembrou que no processo de votação na Câmara dos Deputados também não havia consenso, mas a matéria foi aprovada.

– Acho que há compreensão política da bancada do PT no Senado sobre a importância dessa votação. Com essa posição, a bancada do PT no Senado dá demonstração política muito importante para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e isso vai pesar nas negociações com os demais integrantes da base aliada – disse.

Genoino afirmou ainda que irá trabalhar pela unidade do voto dentro do PT, como foi feito na Câmara dos Deputados, e que não está sendo discutida a possibilidade de punição dos dissidentes.

– O partido tem posição, a bancada tem posição e o governo tem posição. Nós estamos convencendo e dialogando – assegurou.

Sobre os programas sociais, Genoino recordou que o governo está pagando uma dívida com os aposentados no valor de R\$ 12 bilhões, que não estava prevista e que foi herdada do governo anterior; ampliando o programa Bolsa-Família para atender a 6 milhões de famílias até o fim do ano; direcionando os recursos de excesso de arrecadação de impostos para a reforma agrária; e deve investir R\$ 2,125 bilhões para saneamento e moradia popular.

– Portanto, o governo está absolutamente transparente. Esse limite do mínimo não é o ideal, mas é fundamental para consolidar a tendência de recuperação da economia brasileira – ressaltou Genoino.

Convencimento

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse ao final da reunião que será necessário dar continuidade às conversas, uma vez que três senadores do

PT não compareceram ao encontro. Ideli explicou que as três ausências não têm conotação política e que houve justificativa para o não comparecimento ao encontro com Genoino. De acordo com a assessoria da liderança, não estavam presentes as senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO) e o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Ao ser questionada sobre o senador Paulo Paim (PT-RS), Ideli declarou que a posição do senador é de conhecimento público, mas que a bancada não desiste de convencê-lo a votar a favor do mínimo de R\$ 260. Paim tem feito pronunciamentos defendendo aumento maior para o mínimo.

– Nós estamos trabalhando com a lógica do convencimento, de podermos contar com os 13 votos da bancada do PT.

Ideli Salvatti destacou a importância da reunião que seria realizada ontem à tarde para se discutir com a bancada a construção de políticas de médio prazo para recuperação do salário mínimo, por meio de propostas a serem incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e também de ampliação de políticas públicas já adotadas pelo governo para complementar o reajuste do salário mínimo.



ARTHUR VIRGÍLIO

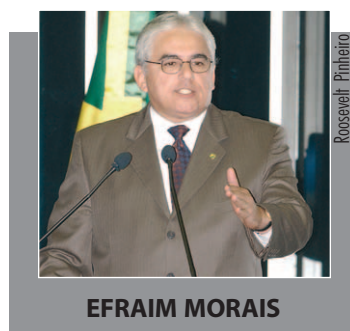
PSDB fecha questão a favor de aumento para R\$ 275

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que a oposição está unida para votar a medida provisória que estabelece o novo valor do salário mínimo. Ele afirmou que a bancada do seu partido fechou questão contra o salário mínimo de R\$ 260 e a favor de R\$ 275, e pela presença dos seus 12 senadores na votação prevista para amanhã.

– Chegou a hora de saber quem tem café no bule. O governo sabe que está na iminência de colher uma derrota fenomenal no Senado.

Virgílio afirmou que o governo não tem mais credibilidade para fazer promessas, pois não cumpriu as anteriores feitas na reforma da Previdência e na tributária. Outra promessa do governo criticada pelo senador foi a de robustecer programas sociais como compensação pelo baixo valor do salário mínimo.

O senador condenou também o recente anúncio de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para ele, foi uma ilusão, um engodo aplicado pelo governo na população. Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou que o governo Lula reduziu a renda dos trabalhadores.



EFRAIM MORAIS

Valor não garante necessidades básicas

O valor do salário mínimo é inconstitucional por não garantir as necessidades básicas do trabalhador, como estabelece a Constituição, disse ontem o senador Efraim Morais (PFL-PB) ao apoiar a afirmação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, de que o Brasil é um país inconstitucional. Segundo o senador, o salário mínimo infringe a vontade do legislador.

Efraim enfatizou que mesmo a proposta do seu partido, o PFL, de fixar um salário mínimo de R\$ 275, ainda está longe de ser constitucional. Ele observou que, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o salário mínimo deveria ser hoje de R\$ 1,5 mil.

– É claro que não há como se chegar a essa cifra num toque de magia ou mesmo numa única geração. Mas é claro que é preciso pelo menos sinalizar que há disposição política para chegar-se um dia àquele patamar – afirmou o senador.

Efraim foi apoiado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

SALÁRIO MÍNIMO



Geraldo Magela

VOTO José Sarney disse ser favorável aos R\$ 260 instituídos pela medida provisória que o Plenário do Senado deve votar

Sarney: se Lula pudesse, proporia um valor maior

O presidente do Senado, José Sarney, declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se pudesse, proporia um salário mínimo com valor maior que os R\$ 260, instituído pela medida provisória (MP) que será votada pelo Plenário.

– Minha posição é favorável à mensagem do presidente da República. Se ele pudesse mandar um salário maior, ele teria mandado, ele que é um operário e passou a vida defendendo as causas salariais. As razões de Estado naturalmente são razões pelas quais ele é obrigado a pautar as suas decisões.

Para Sarney, o valor de R\$ 260 foi o máximo permitido pelas contas nacionais, que “o chefe do Executivo tem a incumbência de administrar”. O presidente do Senado também informou que, conforme o regimento da Casa, a partir de hoje a MP do salário mínimo estará pronta para ser votada.

Diante da observação de uma jornalista de que ele será o “fiel da balança” na votação, podendo influenciar o voto dos seus amigos, Sarney brincou, citando o filósofo político Nicolau Maquiavel.

– Eu tenho amigos e, ao con-

trário do que falava Maquiavel, eu não gosto de ser temido, gosto de ser amado. De maneira que meus amigos não sofrem essa influência. Eu não tenho a força de impor aos meus amigos decisões dessa natureza.

Também indagado sobre declaração da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) sobre possível apresentação de emenda para aprovar um mínimo de R\$ 300, Sarney disse que não interfere nas decisões da filha.

– Olha, minha filha sempre caminhou com seus próprios pés. Ela tem liderança própria, e eu nunca procurei influenciar naquilo que ela fez em sua carreira, com sucesso e brilhantismo. De maneira que eu não posso jamais querer influenciar suas decisões.

Crianças

José Sarney aceitou convite do presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Rubens Naves, para participar da entrega do prêmio Prefeito Amigo da Criança, no dia 30 deste mês, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

Segundo Naves, 126 prefeitos receberão o prêmio por programas em favor da criança.

Estudantes defendem rejeição da MP sobre meia-entrada

José Sarney recebeu ontem dos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubcs), Marcelo Gavião, apelo para que seja votada logo a medida provisória (MP 2208/01) que dispõe sobre a meia-entrada para estudantes.

Os líderes estudantis desejam ver a MP rejeitada pelos parlamentares.

Segundo Petta, a MP criou sérias dificuldades para o exercício do direito dos estudantes à meia-entrada. A medida acabou com a exclusividade de emissão da carteira de estudante pela UNE e Ubcs.

Governo busca acordo sobre parceria público-privada

■ Reunião com líderes partidários e relatores da proposta foi anunciada ontem por Romero Jucá

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que líderes partidários e os membros do colegiado se reuniriam para buscar, talvez ainda hoje, consenso em torno do projeto que institui as parcerias público-privadas.

Jucá prestou a informação após o adiamento, pela terceira semana consecutiva, da discussão e votação do projeto (PLC 10/04). Pela proposta, os governos federal, estaduais e municipais poderão firmar parcerias com investidores privados para obras e prestação de serviços públicos de infraestrutura, como construção de rodovias e coleta de lixo.

Segundo Jucá, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que retornou ao Senado após passar por cirurgia, pretende comandar pessoalmente as negociações em torno do projeto. Serão convidados para

Subcomissão de Turismo tem novo presidente

A Subcomissão de Turismo, subordinada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), elegeu ontem o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) seu novo presidente e o senador Paulo Octávio (PFL-DF) como vice.

O colegiado também realizou audiência com representantes do setor de turismo náutico. O diretor de Projetos Especiais da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Eugênio Antinore, destacou a necessidade de regulamentação do setor, uma vez que a Constituição permite a operação de navios estrangeiros de passageiros no turismo de cabotagem.

O diretor da empresa italiana Brazilian Cruises Representation, Milton Sérgio Sanches, reclamou das freqüentes mudanças das regras para o setor. Ele frisou a importância de regras duradouras para a atração de mais navios.



José Cruz

DECISÃO A CAE aprovou a realização de audiência pública para discutir as parcerias entre governo e iniciativa privada

a reunião, além dos líderes, todos os senadores interessados na discussão da matéria e os relatores do projeto na CAE, Valdir Raupp (PMDB-RO), e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

– Vamos conversar para buscar entendimento. Discutir todas as emendas, analisar as sugestões e vermos se é possível chegar a acordo sobre o texto.

Também ontem a CAE aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para realização de audiência pública sobre o projeto. Deverão ser convidados os ministros da Fazenda, Antonio Paloc-

ci, e do Planejamento, Guido Mantega, além do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, e juristas especialistas em Direito Econômico e licitações públicas.

A iniciativa foi considerada desnecessária pelo relator Raupp, que lembrou a relevância e a urgência da matéria para o desenvolvimento do Brasil.

– Espero que o bom senso prevaleça e os senadores entendam a importância de votarmos o mais brevemente esse projeto – defendeu Raupp.

Imposto único será debatido em audiência

A proposta de criação de um imposto único federal deverá ser debatida em audiência pública conjunta nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em data ainda a ser marcada. Requerimento com a sugestão, apresentado pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), foi aprovado ontem pela CAE.

Serão convidados, de acordo com o requerimento, o secretário da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid, e o professor e ex-deputado federal Marcos Cintra. Paulo Octávio lembra que apresentou em março do ano passado proposta de emenda à Constituição destinada a aperfeiçoar o sistema tributário nacional, com a criação do imposto único federal, chamado de Imposto Cidadão. A proposta (PEC 8/03) encontra-se atualmente na CCJ, à espera de parecer do

relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

No requerimento, Paulo Octávio sustenta que o Imposto Cidadão traria inúmeros benefícios, pois substituiria uma dezena de impostos, simplificaria o sistema de cobrança e fiscalização e aumentaria a base de contribuintes.

A pedido do senador Hélio Costa (PMDB-MG), foi retirado de pauta o projeto de lei da Câmara (PLC 32/04) que estabelece a prorrogação dos incentivos fiscais ao setor de informática. Ele observou que os relatores da proposta em três comissões – CAE, CCJ e CE – manterão entendimento sobre a elaboração de seus pareceres.

Foi concedida vista, a pedido do senador Romero Jucá (PMDB-RR), do projeto de lei complementar (PLP 65/04) que determina a revisão anual dos valores monetários previstos na Lei do Simples.

Empresas devem pagar mais royalties, pede Ana Júlia

Fotos: Roosevelt Pinheiro



LEMBRANÇAS Mesquita Júnior recorda que acompanhou movimento quando era criança



LUTAS Sibá observa que autonomia foi um processo político tenso e conflituoso



APOIO Tião Viana homenageia os autonomistas, responsáveis diretos pela emancipação

Garibaldi defende criação de universidade em Mossoró

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) registrou em Plenário ontem que uma comissão formada por parlamentares do Rio Grande do Norte esteve no gabinete do ministro da Educação, Tarso Genro, com o objetivo de solicitar a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (RN) em uma universidade federal, a Universidade Rural do Semi-Árido.

Garibaldi explicou que esse é um antigo sonho, que, ao se concretizar, irá beneficiar toda a região, que é uma área de fruticultura. Ainda segundo o senador, o processo de transformação da escola agrícola em universidade vem desde a gestão do senador Cristovam Buarque (PT-DF) no Ministério da Educação. Garibaldi afirmou que, após a avaliação pela pasta da Educação, o processo seguirá para o Ministério do Planejamento.

Ele salientou que não pôde participar do encontro com Tarso Genro porque, junto com outros parlamentares, passou o dia reunido com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, e com o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, discutindo o reajuste do salário mínimo.

Garibaldi participou dessa reunião na qualidade de relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.



José Cruz

SONHO ANTIGO Garibaldi diz que medida irá beneficiar a região do semi-árido

Senadores comemoram 42º aniversário do Acre

■ Geraldo Mesquita Júnior, Tião Viana e Sibá Machado lembram mobilização popular de 1962

A passagem dos 42 anos da transformação do território federal do Acre em estado da União foi lembrada em Plenário pelos senadores representantes do estado – Geraldo Mesquita Júnior (PSB), Tião Viana (PT) e Sibá Machado (PT). Mesquita Júnior ressaltou que a proposta de transformação do território em estado foi feita pelo então deputado José Guimard dos Santos, em 1962. Aprovada pelo Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente João Goulart.

– Mas é preciso que se diga que a proposta não seria aprovada se não fosse a imensa mobilização popular dos chamados “autonomistas”, que levaram milhares de pessoas às ruas – assinalou.

Mesquita Júnior afirmou que acompanhou de perto, aos 12 anos de idade, a força do movimento autonomista porque seu pai, o deputado Geraldo Mesquita, era um dos líderes, assim como José Guimard dos Santos. O senador lembrou ainda o trabalho do jornalista Edison Martins, já falecido, um dos principais lí-

deres autonomistas.

O senador Sibá Machado observou que os acreanos começaram a buscar sua autonomia já a partir do movimento de incorporação das terras do sudoeste amazônico pelo Brasil.

Ele registrou que a autonomia político-administrativa, conquistada em 15 de junho de 1962, foi resultado de um processo tenso e conflituoso que envolveu os principais grupos políticos acreanos.

Segundo Sibá Machado, o Acre foi o primeiro território federal a ser criado no país. O sonho pela autonomia, explicou o senador, somente ganhou novo impulso nos anos 50, quando um projeto nesse sentido foi apresentado ao Congresso Nacional.

Ele recordou que, enquanto José Guimard dos Santos, do PSD, defendia a causa autonomista, Oscar Passos, do PTB, argumentava que o território do Acre tinha uma economia fraca, o que tornava inviável sua desvinculação do governo federal.

O senador Tião Viana também associou-se às manifestações pelos 42 anos da autonomia do estado do Acre, fazendo uma homenagem aos autonomistas, responsáveis pela transformação do território em estado.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP)

pediu a Tião Viana que fosse o portador de um abraço ao governador Jorge Viana (PT) “pelo brilhante trabalho realizado no estado” e pela passagem dos 42 anos de autonomia do Acre.

Meninos de rua

Tião Viana informou ao Plenário que, dentro de poucas semanas, o estado do Acre não terá mais meninos de rua. Decorridos cinco anos do governo Jorge Viana, restaram apenas 20 menores de rua no estado, que antes chegavam a algumas centenas, informou.

O parlamentar afirmou que as crianças foram retiradas das ruas por um programa colocado em prática pela Secretaria do Bem-Estar Social, do Trabalho e do Menor, que consiste em fazer um cadastro das crianças, levá-las ao lar de origem, identificar o perfil psicológico e social dos pais para, então, dar o acompanhamento necessário.

JK

Tião Viana também parabenizou o discurso do senador Hélio Costa (PMDB-MG) sobre os 40 anos de cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Lembrou que JK era um visionário “que ousou fazer o Brasil se voltar para o centro”. Viana declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também irá desbravar o país, fazendo a revolução do Nordeste e da Amazônia.



IMPOSTOS Ana Júlia sugere alíquotas pela exploração mineral entre 0,2% e 7,5%

Arthur Virgílio quer debater possível “erro metodológico” em aumento do PIB

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) comunicou que apresentará requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que seja discutida a possibilidade de ter havido um “erro metodológico” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao anunciar os nú-

meros do crescimento da produção industrial e do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2004.

Segundo o senador, o IBGE divulgou em sua página na Internet que mudou a série de suas observações sobre a produção física da indústria.

Essa reformulação teria implicado uma mistura de séries, quando se compara o último trimestre do ano passado (uma série velha) com o primeiro trimestre deste ano (série nova).

Para debater o tema, Arthur Virgílio quer uma audiência com a pre-

sença do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Luiz Carlos Mendonça de Barros; do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Fernando Cardim de Carvalho; e do presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.

Arthur Virgílio também requereu ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, informações sobre cartões de crédito que o governo teria repassado a 38 servidores do Palácio do Planalto para serem utilizados em “gastos com peculiaridades da Presidência”.

Hélio Costa lembra os 40 anos da cassação de Juscelino

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou ontem, em Plenário, os 40 anos da cassação, pelo regime militar, do mandato do então senador Juscelino Kubitschek. Ele afirmou que, embora triste, a data serve para dar ao Brasil e aos brasileiros lições preciosas sobre a necessidade de se lutar pela manutenção da ordem democrática, a única ca-

paz de preservar os valores mais altos da nacionalidade.

– Não é possível deixar de pensar no que teria acontecido ao Brasil, caso Juscelino tivesse sido eleito para governar o país por mais cinco anos. Certamente o progresso num segundo mandato teria sido ainda maior do que durante o primeiro, porque Juscelino era um estadista

marcado para modernizar a administração pública e imprimir novo ritmo à política econômica – afirmou o parlamentar.

Hélio Costa observou que, ao deixar a Presidência da República, Juscelino foi eleito senador por Goiás e, da tribuna da Casa, no dia 3 de junho de 1964, fez um discurso profético, porque já sabia que seria cas-

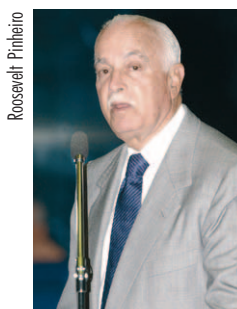
sado dias depois.

– Não se cassava, ali, apenas mais um mandato. Para infortúnio dos brasileiros, cassava-se uma das maiores vocações da política nacional, um extraordinário talento na arte de governar e a esperança de se recolocar o país no caminho do progresso e do desenvolvimento econômico e social, em curto prazo.



PROFECIA Hélio Costa rememora discurso de JK prevendo perda do mandato

ACM destaca o progresso da cidade de Luiz Eduardo



Antonio Carlos exalta crescimento do município

O desenvolvimento do município de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia, foi destacado, em Plenário, pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele visitou ontem a cidade, que promove sua *agrishow*.

– A *agrishow* é de causar inveja e reflete o desenvolvimento do município, com suas empresas de produção e transformação de soja, milho e algodão. É um progresso que nunca se viu e honra o patrono da cidade.

Criado há cinco anos, o município passou de 5 mil para 45 mil habitantes, atraindo empresários de várias partes do país.

Mozarildo denuncia ONG que atua em Rondônia



Mozarildo nota que entidade foi investigada em CPI

Em discurso no Plenário, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) divulgou denúncia contra a organização não-governamental Proteção Ambiental Cacaense (Paca), que teria desviado recursos da ordem de R\$ 1 milhão, conforme

informações do presidente da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Josafá Marreiros.

De acordo com a Funasa, o desvio foi detectado em projeto realizado pela Paca em Rondônia, onde construiu postos e casa de saúde para atendimento de índios, recebendo R\$ 8 milhões do Ministério da Saúde.

Mozarildo Cavalcanti lembrou que a CPI das ONGs, que ele presidiu, já havia investigado denúncias sobre a atuação da entidade na Amazônia.

José Jorge quer prioridade para reforma do Judiciário

■ Ele argumenta que a proposta é uma das mais importantes para o aperfeiçoamento institucional do país



DEMORA José Jorge observa que a PEC já tramita há 14 anos no Congresso Nacional

Preocupado com a demora na tramitação da reforma do Judiciário, o relator da proposta, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou ontem requerimento em Plenário para que a matéria seja incluída na ordem do dia como prioritária para votação em primeiro turno, tão logo a pauta do Senado seja liberada, com a apreciação da medida provisória (MP) que fixa o novo salário mínimo.

– Pelo que eu sei, o governo não está colocando esse tema como prioritário. Ninguém cita a reforma do Judiciário.

Ele observou que o Senado precisa concluir urgentemente a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/00), por se tratar de um dos temas mais importantes para o aperfeiçoamento institucional do país. Esta, na sua opinião, é a

oportunidade, já que a proposta tramita na Casa há quase quatro anos, depois de dez anos em análise na Câmara.

– Esta é uma proposta difícil, por tratar de outro Poder. Foi fruto de muito trabalho e aprovada praticamente por unanimidade na CCJ. Não votar a PEC é uma falta de respeito, não apenas com o relator, mas também com as entidades e especialistas que debateram a questão. E agora vem outra PEC

como essa dos vereadores, e passa na frente.

José Jorge destacou que, em reunião no mês passado com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, além de líderes partidários e do presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), alguns pontos foram discutidos para que se aperfeiçoasse a redação.

– Naquela ocasião, deixamos claro que a PEC poderia ser votada a qualquer momento – explicou o senador.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que será dado o procedimento regimental ao assunto. Pelo regimento do Senado, as PECs têm prevalência sobre outros assuntos na pauta, e as que já estão em segundo turno, como a dos vereadores e a da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), devem figurar à frente de propostas como a da reforma do Judiciário, que aguarda o primeiro turno de votação.

Parte da PEC deve ser promulgada

O senador José Jorge prevê que, ao votar os 165 destaques apresentados à proposta de reforma do Judiciário, o Plenário do Senado deverá acolher poucas modificações, a maioria delas de redação. Ele avalia, no que diz respeito ao mérito, que poucas alterações devem ser introduzidas no texto da proposta de emenda constitucional (PEC) alterado pela Casa.

– Ao dar o parecer sobre os destaques, em regra geral vou defender o texto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deve haver, eu estimo, cinco ou seis modificações em Plenário. O texto que vai voltar

para a Câmara deve mudar mais. O que vai ser promulgado deve mudar muito pouco – afirmou o relator à Agência Senado.

José Jorge observou que há muitos destaques sobre os mesmos dispositivos que devem ser votados em bloco. Juntamente com as lideranças partidárias, afirmou, devem ser escolhidos “quatro ou cinco destaques” para discussão e votação em separado, tendo em vista que, por se tratar de uma proposta de emenda constitucional, todas as deliberações têm que ser nominais.

Do total, 54 destaques refe-

rem-se ao texto do primeiro substitutivo da CCJ, o qual, se aprovado, deve seguir à promulgação. A maioria deles (19) pede a discussão em Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do efeito vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com relação ao segundo substitutivo da Comissão de Justiça, que, se aprovado, irá ao exame da Câmara dos Deputados, a maioria dos destaques se refere à adoção da súmula impeditiva de recursos para as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho.

Eduardo alerta para aumento do número de vereadores

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) posicionou-se contrariamente ao aumento do número de vereadores de Palmas e outras cidades tocantinas. Segundo ele, a proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pela Câmara reduz o número de vereadores de pequenas cidades, que têm baixa remuneração, ao mesmo tempo que aumenta a quantidade de representantes em municípios maiores, cujos salários também são mais avantajados.

O senador disse que Palmas, caso seja aprovada a PEC, passará a ter 19 vereadores, em vez dos 15 atuais. A resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduz o número de membros dos legislativos municipais, que deve ser alterada pela proposta, diminuía para 11 o número de representantes da Câmara local.

– A cidade não vai piorar nem retroceder se diminuir o número de vereadores. Ela precisa, na verdade, é de complementar sua estrutura. Se tivéssemos um plebiscito, com todo respeito aos vereadores de Palmas, a sua população decidiria pelos 11 – disse ele, acrescentando que o aumento vai onerar os cofres municipais. Eduardo foi apoiado pelos senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e Heloísa Helena (sem partido-AL).



RISCO Eduardo Siqueira Campos afirma que PEC pode onerar cofres municipais



GAVIDADE Fátima de Souza (segunda à direita) depõe na subcomissão presidida por Papaléo Paes (C)

Mata-mosquitos foram contaminados, diz bióloga

Fátima Ferreira de Souza faz a denúncia em audiência pública na Subcomissão de Saúde

A bióloga Fátima Ferreira de Souza, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde e da Feema, denunciou que há um número impossível de calcular de funcionários que trabalhavam no combate à dengue contaminados com organofosforados, DDT, Malathion, Folithion e outros produtos altamente tóxicos e que foram demitidos pelo governo em 1999. Fátima de Souza participou de audiência pública na Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais para debater a intoxicação de agentes de saúde. A subcomissão é presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP) e tem como relator o senador Mão Santa (PMDB-PI).

Segundo Fátima de Souza, os

contratos de trabalho eram temporários e começaram a ser assinados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 1986, quando houve uma grande epidemia de dengue no país. "Não houve qualquer treinamento para esses trabalhadores, nenhuma orientação sobre o uso dos inseticidas, os filtros usados não eram trocados, não havia luvas, e o uniforme era apenas uma calça cáqui com camiseta de malha tipo Hering com logotipo da Funasa, uma bolsa de plástico e nada mais", acusou. Segundo ela, vários desses produtos são derivados do gás sarin, que é letal, e foi usado, por exemplo, por um grupo de fanáticos da seita autodenominada Verdade Suprema, no aeroporto de Tóquio, com vários mortos.

Segundo a denúncia, os trabalhadores, chamados de mata-mosquitos, foram demitidos sem o exame demissional exigido pela legislação (exame para determinar que o funcionário não adquiriu qualquer doença decorrente de contami-

nação), e que a maioria hoje sofre de doenças degenerativas dos nervos, do cérebro, do fígado, perda de memória e da capacidade de concentração, estresse agudo e perda das conexões nervosas e das sinapses.

O atual presidente da Funasa, Valdi Camário Bezerra, disse que o órgão não tem mais responsabilidade no combate às doenças endêmicas transmitidas por insetos – a responsabilidade é agora de estados e municípios. Bezerra garantiu que a Funasa tem supervisionado a aplicação dos inseticidas e, conforme ele, tudo é feito de acordo com as especificações da Organização Mundial de Saúde. "Desde 1985 não se usa o DDT e nem organofosforados, mas os piretróides, de toxicidade muito menor e de mais fácil controle", afirmou.

Participaram da reunião da subcomissão os senadores Papaléo Paes, Mão Santa e Maria do Carmo (PFL-SE), Serys Slhessarenko (PT-MT), Flávio Arns (PT-PR) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

Serys preside comissão do Ano da Mulher

A comissão especial criada para planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do Ano da Mulher/2004 elegeu ontem a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para presidente e o senador Aelton Freitas (PL-MG) e a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) para, respectivamente, vice-presidente e relatora.

A comissão vinha funcionan-

do em caráter provisório desde maio passado, após aprovação do requerimento de autoria da senadora Serys. Em reunião que deverá se realizar na próxima semana será definido o plano de atividades e o cronograma de funcionamento para o colegiado.

Também integram a comissão especial os senadores Papaléo Paes (PMDB-AP) e Augusto Botelho (PDT-RR).



ATIVIDADES Cronograma da comissão será definido na próxima semana, diz Serys

Plínio: sem pressão, a reforma agrária não anda

"Sem pressão camponesa, a reforma agrária não caminha", afirmou o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), professor Plínio de Arruda Sampaio, durante audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra realizada ontem. O ex-deputado disse ainda que a situação do campo no Brasil "é uma bomba-relógio" e que os avanços tecnológicos diminuem a quantidade de empregos no campo e na cidade, ao passo que o número de habitantes continua crescendo.

– A população do campo vai encontrar algum canal para sobreviver e isso terá conotações de violência. Para ver o que vai acontecer é só olhar para a Colômbia, que está aí do lado.

Plínio de Arruda Sampaio acredita que o único meio de evitar um futuro sombrio é dar

terras e assim garantir meios de sobrevivência às pessoas carentes. Ele sugeriu que a CPI crie uma comissão especial para examinar os projetos de lei existentes no Congresso sobre a reforma agrária e incentive a votação dos que agilizam esse processo. Garantiu que existem no país 170 milhões de hectares de terras devolutas que podem ser utilizadas para desapropriação.

Plínio destacou que as acusações de que o MST incentiva a violência no campo são sem fundamento e "revelam enorme miopia" de quem as faz. Para o professor, o MST civiliza o conflito agrário e dá esperança à massa rural.

O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), lamentou a ausência do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), também convidado para a audiência.



ADVERTÊNCIA Ao lado de Alvaro Dias, Plínio de Arruda Sampaio (D) afirma que a situação no campo "é uma bomba-relógio"

CPI da Terra quebra sigilo de entidades ligadas ao MST

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, que examina a estrutura fundiária brasileira e o comportamento dos movimentos sociais atuantes no meio rural, decidiu ontem rejeitar a quebra dos sigilos bancário e fiscal da União Democrática Ruralista (UDR), acusada, entre outras coisas, de utilizar recursos públicos para a compra de armas. Os membros da CPI rejeitaram também a quebra dos sigilos de duas entidades patronais: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (Cnap).

Na mesma reunião, entretanto, a CPI da Terra aprovou a quebra dos sigilos da Associação Nacional de Cooperação Agrária (Anca) e da Confederação das Cooperativas de Refor-

ma Agrária do Brasil (Concrab), entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Pesam sobre essas entidades, a exemplo das patronais, acusações de desvio de recursos públicos.

O relator da CPI, deputado João Alfredo (PT-CE), o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defenderam a quebra dos sigilos de todas as entidades, incluindo as patronais, que apresentam indícios de irregularidades no uso de recursos públicos, mas foram voto vencido.

A CPI acatou ainda requerimento de Ana Júlia para realização de audiência pública com a presença de fazendeiros do município de Anapu (PA), acusados de invadir terras e de promover a violência.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Papaléo Paes